LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E O SURGIMENTO DE UMA NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA?[1]

https://doi.org/10.56238/levv15n43-105

Data de submissão: 23/11/2024 **Data de publicação:** 23/12/2024

Géssica Costa de Jesus
Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe.
E-mail: gessica.fapese@gmail.com

Elmer Nascimento Matos
Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: elmernmatos@gmail.com

Marco Antônio Jorge
Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: mjorge@ufs.br

RESUMO

O Brasil é um país caracterizado por uma grande desigualdade de renda e até os dias atuais continua na lista de países com maior desigualdade. Este diagnóstico foi verificado a partir da década de 1960 quando dados estatísticos foram disponibilizados e confirmado em 1970 com os dados do Censo Demográfico. Porém, ao longo da primeira década do século XXI o país apresentou uma melhora na distribuição de renda funcional e pessoal. Com base nos dados disponíveis, o objetivo deste trabalho é apresentar as políticas públicas de distribuição de renda no Brasil e sua influência para o surgimento da nova classe média brasileira, e indagar se realmente esta pode ser considerada assim, com base em critérios teóricos e práticos, mesmo diante da melhora na distribuição de renda ocorrida.

Palavras-chave: Distribuição de renda, Desigualdade, Classe Média.

[1] Trabalho apresentado no GT 1. Estado, Instituições e Planejamento – III SEDRES, Blumenau (SC), de 14 a 16 de setembro de 2016.

1 INTRODUÇÃO

A história da economia brasileira é marcada por grandes contrastes sociais desde a época colonial e continua até os dias atuais. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um grande crescimento industrial e também grande concentração de renda, que foi diagnosticada através dos dados do censo demográfico, essa desigualdade de renda permaneceu até o início da década de 1990.

Na primeira década do século XXI pode ser observada uma melhora nos indicadores de desigualdades sociais advindas da melhora ocorrida na década de 1990, que neste trabalho será medido através do índice de Gini e de Theil, essa redução acompanhada do crescimento econômico estimulou o surgimento de uma nova classe média que passou a representar mais de 50% da população a partir de 2003, essa classe média talvez seja a forma mais adequada de descrever o corte demográfico brasileiro.

O objetivo deste trabalho é apresentar as políticas públicas de distribuição de renda no Brasil e sua influência para o surgimento da nova classe média brasileira (classe C), mostrando que a melhoria da distribuição de renda ocorreu principalmente nos estratos inferiores da sociedade. Destacando quais as políticas que tiveram efeito sobre a melhora na distribuição de renda do país e quais políticas adotadas pelo governo com a finalidade de melhorar essa distribuição de renda fracassaram.

Embora não exista um consenso ainda nos dias atuais entre os estudiosos da área sobre de que forma as políticas públicas adotadas pelo governo afetam o crescimento econômico e a distribuição de renda juntamente, o crescimento é fator de grande importância para a melhoria na distribuição de renda como, por exemplo, a partir da primeira década do século XXI após um período de baixo crescimento nas duas décadas anteriores e marcado pela alta inflação, esse período se destaca, pois ocorreu o crescimento juntamente com a distribuição de renda, houve aumento da renda principalmente nos estratos inferiores, que acabaram integrando a nova classe média.

A redução da concentração da renda ainda não é suficiente para tirar o Brasil da lista dos países com maior desigualdade de renda, além de o governo determinar um corte muito baixo e conveniente para inserção na nova classe média brasileira, formando uma classe com carências de todos os tipos.

Este trabalho está dividido em cinco sessões, contando com este introito. A sessão dois apresenta a discussão sobre a distribuição de renda no Brasil, enriquecendo–a com dados de séries históricas sobre o tema e identificando, com base na literatura, a entrada em cena de uma nova classe média no cenário social e econômico brasileiro. A seguir, na sessão três, é apresentada e debatida esta nova classe média brasileira em termos conceituais e estatísticos. Na sessão 4 o surgimento da nova classe média brasileira é questionado, procurando mostrar a amplitude teórica e prática sobre sua dimensão. Na última sessão são feitas as considerações finais.

2 Desigualdades de Renda no Brasil

De acordo com Barros et al. (2006), a desigualdade de renda vem diminuindo desde 2001. Apesar da boa notícia o Brasil ainda continua entre os países de pior desigualdade de renda do mundo.

Segundo Pinho e Vasconcellos (2005) para observar a desigualdade de renda no Brasil será utilizado o índice de Gini[2] e de Theil[3], que, devido às especificidades de cada um, serão comparados com a curva de Lorenz[4], pois ilustra a desigualdade relativa de distribuição de renda através de seus eixos cartesianos que classificam a porcentagem acumulada das pessoas que recebem um determinado nível de renda e a porcentagem acumulada de renda agregada calculada para cada porcentagem da população.

Barros et al. (2006) dizem que a diminuição da desigualdade da renda ocorrida entre os anos 2001 a 2004 no Brasil não foi a maior ocorrida nos últimos 30 anos, pois a primeira grande redução da desigualdade da renda ocorreu no período de 1976 a 1981 quando o coeficiente de Gini decresceu em quase 7%, e o índice de Theil-T em 22%, e entre 1989 a 1992 quando o coeficiente de Gini decresceu em quase 8%, e o índice de Theil-T 22%, conforme Tabela 1. Se comparado com o período de 2001 a 2004 a redução foi de 4% e 9%, respectivamente.

Entretanto, os dados foram analisados pelo autor de acordo com a variação da desigualdade de renda de um período específico, e, se for observado ano a ano essas medidas de desigualdade, pode-se notar que o ano de 2004 teve a menor desigualdade de renda do período analisado e continuou diminuindo nos anos seguintes, como será mostrado mais a frente.

Tabela 1 - Medida de Desigualdade de renda no Brasil: Índice de Gini e de T de Theil* (1976-2004)

ANO	COEFICIENTE DE GINI	ÍNDICE T DE THEIL
1976	0,623	0,861
1978	0,604	0,74
1981	0,584	0,682
1983	0,596	0,721
1985	0,598	0,727
1987	0,601	0,741
1989	0,636	0,889
1992	0,583	0,695
1993	0,604	0,772
1995	0,601	0,733
1997	0,602	0,738

[2] O coeficiente de Gini (ou índice de Gini) é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde a uma completa igualdade na renda e 1 uma completa desigualdade social.

[3] Índice de Theil mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

[4] Curva de Lorenz é uma curva que mostra como a proporção acumulada da renda (φ) varia em função da proporção acumulada da população (ρ), estando os indivíduos ordenados pelos valores crescentes da renda (IPECE).

1999	0,594	0,711
2001	0,596	0,726
2004	0,572	0,665

Fonte: IPEADATA
Elaboração própria
*Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Segundo Neri et al. (2012), o conceito mais usual para medir o grau concentração de renda é o índice de Gini. No Brasil esse índice é superior a 0,5, o que representa mais proximidade com a desigualdade social.

A Tabela 2 apresenta o índice de Gini e de Theil entre os anos 2001 a 2013, evidenciando uma pequena diminuição nos indicadores. É um benefício para o Brasil, mas que deve ser visto apenas como um pequeno decréscimo na desigualdade existente na renda dos brasileiros (Barros et al., (2006), pois a concentração de renda ainda é grande e o país continua entre os principais países com maior desigualdade de renda do mundo.

Tabela 2 - Medidas de Desigualdade de Renda no Brasil: Índice de Gini e T de Theil (2001-2013)

Ano	Coeficiente de Gini	Índice T de Theil
2001	0,596	0,726
2002	0,589	0,710
2003	0,583	0,685
2004	0,572	0,665
2005	0,570	0,660
2006	0,563	0,644
2007	0,556	0,624
2008	0,546	0,602
2009	0,543	0,597
2011	0,531	0,569
2012	0,530	0,598
2013	0,527	0,562

Fonte: IPEADATA.
Elaboração própria.
*Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

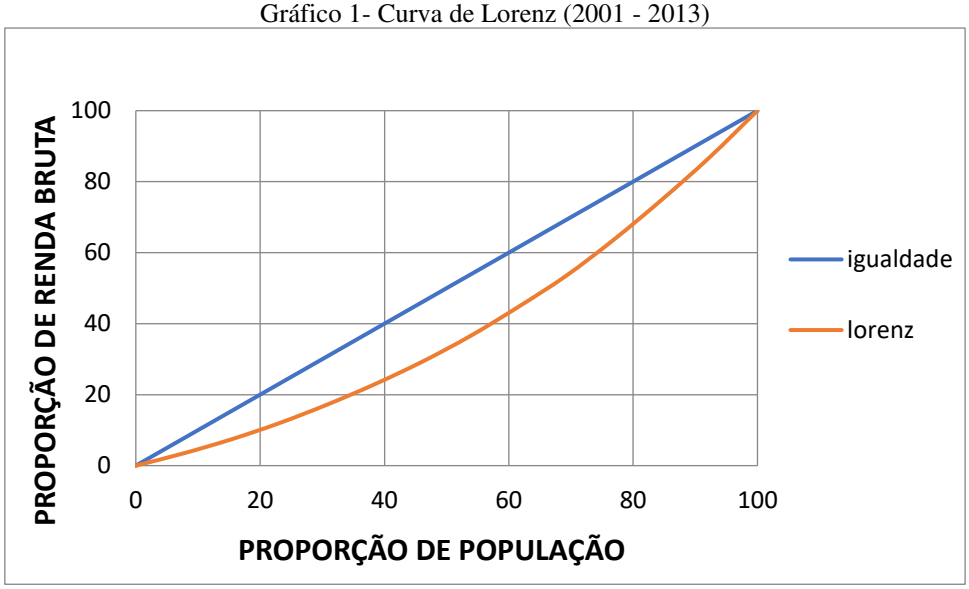
A curva de Lorenz apresentada no Gráfico 1, com base na renda bruta, mostra o grau de concentração de renda no período de 2001 a 2013. Quanto maior a distância entre a curva e a reta de igualdade perfeita, maior a desigualdade na distribuição de renda. A área que forma um triângulo no eixo das abscissas representa 100% da população, e a área do eixo das ordenadas representa 100% da renda bruta.

Dessa maneira é necessário investigar os determinantes da distribuição de renda para obter os determinantes das desigualdades sociais. Segundo Barros et al. (2006), os determinantes da renda durante o período estudado, e com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD,

foram a renda per capita, renda por pessoa adulta na família, renda não derivada do trabalho[5], renda do trabalho por adulto, a porcentagem de adultos ocupados e a renda do trabalho por trabalhador.

A redução das desigualdades da renda per capita também tem relação com fatores demográficos, já que uma família pode ser pobre porque possui muitos membros, ou porque conta com recursos limitados. "Dessa forma a redução da desigualdade é função de mudanças na porcentagem de adultos na família, da distribuição de renda por adulto, e da associação entre essas duas distribuições" conforme Barros et al., (2006, p. 141).

Gráfico 1- Curva de Lorenz (2001 - 2013)



Fonte: IPEADATA.
Elaboração própria.
*Dados disponíveis sobre Renda Bruta do período de 2001 a 2013.

Para medir o grau de bem-estar social é utilizada a renda per capita e não a renda total, pois uma família pode ter a mesma renda total e quantidade de membros distintos (NERI et al., 2012).

Considerando a Tabela 3, pode-se observar que entre 2001 a 2004, houve uma pequena diminuição da renda domiciliar per capita, e entre os anos 2005 a 2013 a renda per capita domiciliar aumentou gradativamente. Durante o período analisado a variação da renda média per capita familiar aumentou em aproximadamente 54 %, passando de R$ 680, 05 em 2001 para R$ 1.047,95 em 2013.

Esse aumento se dá pela redução da desigualdade do país e estabilidade econômica que estimulou o aumento do emprego, da renda e do crédito, conforme abordado no capítulo anterior, e que colaborou para a expansão da demanda interna. Esta tendência aponta para a consolidação de uma grande classe média, onde o aumento do salário é demonstrado em melhores padrões de consumo (ALVES, 2012).

[5] É a renda que depende de transferências governamentais e privadas e da disponibilidade de ativos da família (BARROS *et al.*, 2006, p. 126).

Tabela 31 - Distribuição de Renda Domiciliar per capita média no Brasil (2001-2013)

Ano	Renda Domiciliar Per Capita Média* (R$)
2001	680,05
2002	680,01
2003	640,01
2004	654,65
2005	693,97
2006	758,52
2007	778,59
2008	816,60
2009	838,56
2011	891,36
2012	962,10
2013	1.047,95

Fonte: IPEADATA
Elaboração própria.
*Série calculada a partir da (Pnad/IBGE), com valores reais.

As políticas de bem-estar e o aumento gradativo dessas políticas expandem o desenvolvimento e a educação. É aplicado um exame de qualidade de educação em cinco países da América Latina a partir dos resultados do PISA[6] que foi iniciado em 2000. Esse exame é focado na compreensão da leitura, relacionando as desigualdades de origem socioeconômicas e as desigualdades que a linguagem fornece (CEPAL, 2007).

Ao contrário da desigualdade, a medida de bem-estar social pode ser analisada individualmente, e assim a desigualdade é apenas uma propriedade da função de bem-estar social, uma medida simples para função de bem-estar é a renda per capita (NERI et al., 2012).

Neri et al. (2012) toma a desigualdade medida em função de bem-estar proposta por Amartya Sen, e a sua medida é feita com a multiplicação da renda média pela medida de equidade, completando com o índice de Gini, assim a desigualdade atua como redutor de bem-estar social em relação a renda média.

De acordo com Neri et al. (2012), não há na história brasileira nada estatisticamente comprovado e parecido com a redução da desigualdade observada desde 2001. Essa redução é comparável em proporção ao conhecido aumento da desigualdade dos anos de 1960. O Programa Bolsa Família criado no final de 2003, por meio da junção de quatro programas de transferência de recursos, inspirado na Bolsa Escola criado em 2001, tinha o objetivo também de reduzir a pobreza e a desigualdade de renda existente no país, provendo um benefício mínimo às famílias carentes.

[6] O Programme for International Student Assessment (Pisa) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante há uma coordenação nacional. No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

3 O SURGIMENTO DE UMA NOVA CLASSE MÉDIA A PARTIR DOS ANOS 2000

De acordo com Braga (2012), a nova classe média brasileira abrange mais de 100 milhões de pessoas, dos quais quase 32 milhões vieram das classes D e E na primeira década dos anos 2000.

A nova classe média talvez seja a maneira mais adequada de descrever o corte demográfico definido pelo Brasil, sendo que essa definição não pode ser apenas pela capacidade financeira de comprar um carro zero ou um computador, mas sim atingir o patamar baseado nas ideias do filósofo alemão Max Weber, onde as pessoas participam de grupos que reproduzem valor a sociedade, que valorizam a educação e acreditam no progresso, lutando para que seus filhos os superem e sejam superados pelos seus netos. Essa nova classe média é formada por pessoas mais jovens, com um nível de escolaridade mais elevado, mais exigente na hora de consumir e de investir (BRAGA, 2012).

Segundo Herzog (*apud* Braga, 2012), a pesquisa encomendada pela agência Nova S/B ao Ibope define o consumidor da classe C em três tipos:

i. O consumista: compra por impulso mais do que a sua renda permite, habituou-se a viver com dívidas;
ii. O planejador: oposto do consumista ele é mais cauteloso, não acredita em propaganda, se preocupa com o futuro e investe na educação, além de detestar dívidas;
iii. O retraído: aquele que muda de comportamento de acordo com a situação, muito mais difícil de ser compreendido.

As pesquisas são importantes para mostrar a importância da nova classe média emergente para a economia brasileira, e por isso é necessário identificar as preferências e necessidades especialmente dessa classe (BRAGA, 2012).

O crescimento da nova classe média foi visto através da pesquisa intitulada “A Nova Classe Média” feita pela FGV, coordenada pelo economista Marcelo Neri, onde considerou que essa classe passou de 42% para 51% da população entre 2003 e 2008, e dessa forma concluiu-se que o Brasil era um país de classe média. Já na pesquisa realizada pelo IPEA, intitulada “Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano”, coordenada pelo economista Márcio Pochmann, mostrava que mais de três milhões de pessoas haviam deixado de ser pobres entre os anos 2002 e 2006, o que correspondia a uma queda de 8,8 pontos percentuais da taxa de pobreza (SALATA, 2012).

De acordo com Salata (2012), o estudo da FGV analisava os ganhos conseguidos no mercado de trabalho, principalmente através da expansão do mercado formal, já a pesquisa do IPEA observava os efeitos do aumento real do salário mínimo e dos programas sociais do governo federal.

Segundo Mills (*apud* Scalon e Salata, 2012), a classe média pode ser dividida em duas categorias. A primeira é composta por profissionais de alto nível como dirigentes, diretores, gerentes, especialistas, técnicos e profissionais de status elevados como engenheiros, médicos e advogados. Já

dentro da segunda categoria se encontram, por exemplo, secretários, professores de ensino fundamental, escritores, jornalistas e vendedores de lojas.

Já na definição de Souza e Lamounier (*apud* Alves, 2012), a classe média brasileira é determinada por critérios subjetivos e objetivos. Nos critérios subjetivos estão inclusos os valores, crenças e estilo de vida de cada família, já nos critérios objetivos estão a educação, ocupação e a renda, esta relacionada a capacidade de consumo do indivíduo.

A classe C também conhecida como nova classe média brasileira, aufere a renda média da sociedade no sentido estatístico. Segundo Neri et al. (2012), a classe C é a classe central, está abaixo da A e da B, e acima da D e da E. Essa classe está compreendida entre os que ganham de R$ 1.126 a R$ 4.854, com base nos preços de 2008 da grande São Paulo. E estava acima dos 50% mais pobres e abaixo dos 10% mais ricos, ou seja, representava 40% da população. Esse cálculo foi feito a partir dos dados da renda domiciliar per capita, e depois mostrado em termo equivalente de renda domiciliar total de todas as fontes que geravam renda para a família.

A Tabela 4 mostra que a renda inferior da classe C é aproximadamente 60% maior que a da classe D e aproximadamente 330% menor que a renda da classe B. No limite superior a renda da classe C é 330% maior que a Classe D e 30% menor que a classe B, evidenciando que a renda superior da classe C tem menor diferença em relação a renda superior da classe B, a média de renda da classe C para o ano de 2008 foi de R$ 2,990,00.

Ao longo dos anos esse limite de renda se altera, e segundo Neri (2014) o limite de renda de cada classe é definido pela multiplicação da renda da PNAD por um fator da POF, pois essa base se mostra mais correta para os níveis de renda.

Tabela 4 - Limite de Renda Domiciliar Total de todas as Fontes* – Brasil - 2008

Classe Econômica	Renda Inferior (R$)	Renda Superior (R$)
CLASSE E	0	705,00
CLASSE D	705,00	1.126,00
CLASSE C	1.126,00	4.854,00
CLASSE B	4.854,00	6.329,00
CLASSE A	6.329,00	+

Fonte: NERI et al. (2012, p. 74)
*CPS/FGV a partir do processamento dos microdados da PNAD/IBGE

Com base nos preços de janeiro de 2014 a classe C está compreendida entre R$ 2.004,00 e R$ 8.640,00, com média de R$ 4.912,00. A Tabela 5 mostra o limite de renda para cada classe e a variação relativa entre a classe C e a D, e a Classe C e a B permanece a mesma que foi apresentada na explicação da Tabela 4.

Tabela 5 - Limite de Renda Domiciliar Total de todas as Fontes – Brasil - 2014

Classe Econômica	Renda Inferior (R$)	Renda Superior (R$)
CLASSE E	0	1.254,00

CLASSE D	1.255,00	2.004,00
CLASSE C	2.005,00	8.640,00
CLASSE B	8.641,00	11.261,00
CLASSE A	11.262,00	+

Fonte: NERI (2014, p. 21)

De acordo com Neri et al. (2012), o conceito de classes se refere à família e não apenas a um indivíduo, já que existe solidariedade interna para o consumo. Para qualificar as classes econômicas e principalmente a nova classe média brasileira, Neri et al. (2012) explora três perspectivas:

i- Potencial de Consumo: segundo Neri et al. (2012) uma forma usual de definir as classes de A a E é pelo possível consumo. No Critério Brasil[7] esse potencial é medido pelo consumo de bens duráveis (TV, rádio, máquina de lavar, geladeira, DVD), além de banheiro e empregada doméstica. Esse critério estima pesos por meio de uma equação e classifica as pessoas pela pontuação alcançada. As amostras no Brasil são retiradas das pesquisas domiciliares do IBGE, já que atinge tamanho e desenho satisfatório;

ii- Capacidade de Geração de Renda: para Neri et al. (2012) uma pessoa não é pobre, rico ou de nova classe média, mas está ou não em um desses estados em determinado tempo. Neri propôs medir a evolução da nova classe média brasileira pelo ponto de vista do produtor, por meio de uma equação de renda em função dos ativos produtivos de vários membros da família, separando o consumo por prazer e o por necessidade de quem está no nível de subsistência, daqueles que tem capacidade de produção. Essa preocupação com a educação e ocupação são critérios adotados pela Inglaterra, Portugal e Índia, o critério utilizado no Brasil é apenas a escolaridade do chefe da família;

iii-Expectativas sobre o Futuro: essa última análise é sobre as atitudes e expectativas das pessoas. Abordagem desenvolvida por George Katona nos anos 1950 e 1960, seguindo nessa linha o jornalista Thomas Friedman define classe média como aquela que tem um planejamento bem definido de elevação social para o futuro.

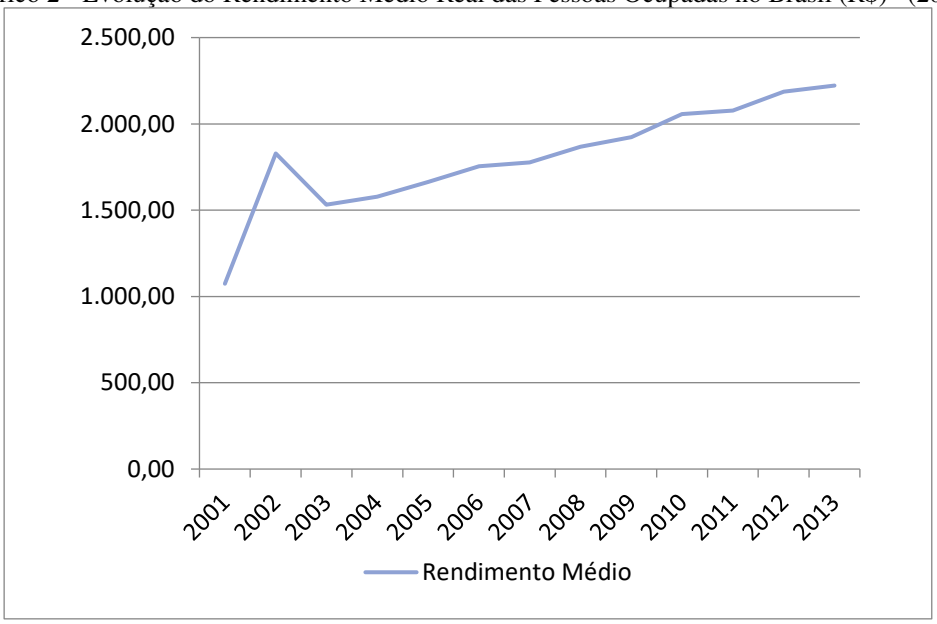
No Gráfico 2 é possível observar a evolução do rendimento médio real das pessoas ocupadas entre os anos 2001 a 2013 tendo como base o mês de setembro de cada ano, o crescimento entre 2001 e 2002 foram cerca de 70%, enquanto se comparado com 2003 houve uma redução de 16%. De 2003 e 2013 o crescimento foi de 45%. Essa evolução no rendimento é determinante para ascensão da população às classes superiores. Com esse acesso às novas classes, outras necessidades surgiram, e assim novos hábitos de consumo, pois à medida que a renda cresce o conjunto de diferentes tipos de

[7] O Critério de Classificação Econômica Brasil ou CCEB é um sistema de classificação de preços ao público brasileiro. Tem o objetivo de ser uma forma única de avaliar o poder de compra de grupos de consumidores e definir as classes sociais através do sistema de soma de pontos (ABEP, 2014).

bens para consumo também cresce, e um bem que antes era tido como de luxo pode passar a ser um bem necessário (ALVES, 2012).

Segundo o projeto Vozes da Classe Média, da Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, abordado no artigo de Lopes (2014) A "Nova Classe Média" - Uma Face do Desenvolvimento no Brasil?, a expansão da classe média se deve pelo crescimento combinado com a redução da desigualdade. O governo estima que se as taxas de crescimento e a tendência a redução da desigualdade permanecerem constantes, a classe média deverá atingir 57% da população brasileira em 2022. O aumento da renda da classe média nos últimos dez anos foi de 3,5% ao ano, enquanto a renda de toda população aumentou em 2,4% ao ano, houve aumento do consumo da classe média em 2,7% ao ano, enquanto o consumo total de todas as famílias brasileiras foi de 2,4% ao ano, isso significa que a nova classe média está com crescimento superior às demais classes.

Gráfico 2 - Evolução do Rendimento Médio Real das Pessoas Ocupadas no Brasil (R$)* (2001-2013)



Fonte: Banco Central

Quanto à desigualdade racial na classe média, a diferença entre negros e brancos é de 6 pontos percentuais, os negros detêm aproximadamente 53% e o brancos 47% da renda, segundo Lopes (2014).

Segundo Lopes (2014), os programas de transferência de renda implantados nas últimas décadas, os incrementos no salário mínimo, a promoção da formalização do trabalho, os investimentos no incentivo ao empreendedorismo e a desburocratização do crédito contribuíram para o crescimento e para o alcance de um novo patamar de desenvolvimento.

A Tabela 6 apresenta as principais características do mercado de trabalho entre os anos 2001 e 2013, referente à ocupação e ao emprego. Como pode ser observada, a População em Idade Ativa – PIA aumentou entre os anos 2001 e 2013 em 29%, os desocupados diminuíram em aproximadamente

38%, as pessoas ocupadas aumentaram em 45%, e os empregos em 52%, a taxa de desemprego diminuiu em mais de 55%.

Apesar de a remuneração ser um fator importante para a definição de classes, partindo do ponto de vista sociológico, talvez não seja o mais adequado para se comparar o crescimento ou redução da classe média, pois o aumento da renda ou consumo não relata necessariamente uma mudança de classe, e com base em argumentos semelhantes alguns sociólogos vêm questionando a tese de nova classe média (SOUZA, SOBRINHO *apud* Scalon e Salata, 2012).

Tabela 6 - Indicadores do Mercado de Trabalho no Brasil (2001-2013)

Ano	Pia (Mil)	Desocupados (Mil)	Ocupados (Mil)	Empregado – Total (Mil)	Taxa De Desemprego (%)*
2001	32.809	2.127	16.084	11.773	11,7
2002	36.494	2.283	18.146	13.341	11,2
2003	37.200	2.780	18.686	13.625	13,0
2004	37.842	2.282	19.440	14.117	10,5
2005	38.511	2.110	19.781	14.624	9,6
2006	39.141	2.209	20.276	15.147	9,8
2007	39.736	1.986	20.816	15.490	8,7
2008	40.341	1.743	21.561	16.170	7,5
2009	41.017	1.753	21.505	16.311	7,5
2010	41.449	1.444	22.345	16.952	6,1
2011	42.017	1.385	22.682	17.473	5,8
2012	42.491	1.314	23.366	17.826	5,3
2013	42.491	1.314	23.366	17.977	5,2

Fonte: Banco Central.
Elaboração própria.
*Taxa de Desemprego das regiões Metropolitanas do Brasil.

4 DETERMINAÇÃO DA NOVA CLASSE MÉDIA SEGUNDO BARTELT

Entre os anos 2003 e 2011 cerca de 9 milhões de domicílios, e 30 milhões de pessoas ultrapassaram a linha da pobreza, conforme afirma Bartelt (2013), em seu livro "A "Nova Classe Média" no Brasil como conceito e Projeto Político". O aumento da renda dos mais pobres ocasionou a diminuição dessa pobreza no país. Essa redução gerou questionamentos do ponto de vista estrutural e social para onde essas pessoas haviam migrado e se estariam formando uma nova classe média. Para ter certeza do surgimento de uma nova classe média é necessário medir as posições sociais. Existem diferentes maneiras de medir as posições sociais, sendo a renda das famílias um critério insuficiente, necessitando assim da adoção de critérios sociológicos, além da necessidade de avaliar a estabilidade e sustentabilidade das novas posições atingidas. Os resultados dos indicadores de crianças e jovens nesses domicílios buscam captar a ideia de sustentabilidade dessas novas posições socioeconômicas alcançadas.

O trabalho de Bartelt (2013) tem o objetivo de investigar o estilo de vida das pessoas através da sociologia de Bourdieu (1978), analisando o perfil socioeconômico dos domicílios, que pela renda têm integrado a nova classe média, e examinar se essa classificação está justa. A análise é feita com

base nos dados do POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística – IBGE, que traz informações detalhadas sobre o perfil socioeconômico dos domicílios brasileiros e de seus membros individuais.

As informações obtidas com base na perspectiva sociológica não confirmam o diagnóstico favorável à inserção dos membros menos empobrecidos na classe média, e ainda aponta escassez nas oportunidades de realizações abertas para os filhos dessas famílias menos empobrecidas (BARTELT, 2013).

A faixa de renda média estabelecida por Bartelt (2013) para composição da nova classe média está baseada nos preços constantes de janeiro de 2013 e no INPC, e está compreendida entre R$ 1.315,00 e R$ 5.672,00. Para analisar o limite de renda para nova classe média foi utilizado dados da POF, e selecionado os marcadores como: casa própria, com padrões elevados de habitação, acesso ao crédito, educação universitária e demanda privada por bens fornecidos pelo Estado[8] obtém a determinação de nova classe média no Brasil, já que os serviços sociais públicos são insuficientes e insatisfatórios. Por trás desses indicadores está a concepção do sociólogo Bourdieu de que classe média não é apenas consumo, mas sim estilo de vida como por exemplo morar bem, ter educação e serviços de qualidade, ter acesso a capitais e etc.

Dessa maneira é esperado que o perfil socioeconômico da classe média brasileira definida estatisticamente com renda entre R$ 1.315,00 e R$ 5.672,00 seja incluído na classe média sociológica, como citado acima com casa própria com habitação de qualidade, com chefes da família com acesso a crédito, planos de saúde e que os filhos com idade escolar frequentem escolas particulares (BARTELT, 2013).

Os domicílios que estão no intervalo de renda definido acima são analisados para saber se esse limite de renda realmente define uma nova classe média. O autor usa como referência a renda domiciliar total e a base de dados utilizada é a da POF 2008/ 2009.

Segundo Bartelt (2013), os resultados mostram que os domicílios localizados nesse intervalo de renda e que correspondem à chamada nova classe média equivalem a 55% dos domicílios do país que correspondem a 31,5 milhões de domicílios onde vivem 38 milhões de crianças e jovens, a maior parte dessas famílias são chefiadas por homens de cor branca, no interior desse segmento majoritário da distribuição de renda abriga uma grande desigualdade no país com predominância de domicílios nas faixas de renda inferior.

A Tabela 7 mostra uma imagem resumida da nova classe média de acordo com os indicadores selecionados pelo autor. Como pode ser observado em valores relativos à casa própria faz parte em média de 68, 1% das famílias, desde o limite mais baixo ao mais alto da renda, essa porcentagem permanece equilibrada com variação de apenas 2%. Até dois moradores por dormitório o total é de

[8] Educação privada e plano de saúde.

83,1% e existe uma variação média de 9,8% entre o limite mais baixo e mais alto da renda. Apenas 23,6% possuem dois banheiros e a diferença chega a 190% entre os limites de renda, 35,1% dos chefes dos domicílios possuem cartão de crédito, a diferença chega a 98% entre a renda mais baixa e a mais alta, e cheque especial 17,1% do total, a diferença é ainda maior, mais de 280%. O plano de saúde apenas 28,7% dos domicílios possui e a diferença chega a 174%, os chefes de família que possuem educação superior além de ser uma quantidade mínima de 7,8% possui uma diferença de cerca de 440% do limite de renda mais baixo ao mais alto; já a participação do sexo masculino é de 70,7% e não apresenta muita variação entre as rendas, apenas 6%. A maior parte das pessoas que estão inseridas nessa nova classe média é de pele branca e totalizam 52%, desde a renda mínima à renda máxima o crescimento médio foi de 35%. Já as pessoas pardas representavam 38,3% do total, e conforme foi aumentando a renda houve uma diminuição de 33% na participação. Já os negros que representavam apenas 8,4% do total, na medida em que a renda aumentou sua parcela de participação diminuiu em cerca de 28%.

De acordo com os resultados a maioria dos domicílios analisados não atendem os marcadores sociológicos apresentados na Tabela 7, que foram estabelecidos para definição de uma nova classe média, e as desigualdades existentes nessa classe são muitas.

De acordo com Bartelt (2013), a classe média aumenta de acordo com o desenvolvimento do país que gera melhores estruturas ocupacionais e boas oportunidades. O emprego é a base da inclusão do indivíduo na sociedade e a base para reduzir a desigualdade social.

Segundo Bartelt (2013, p. 37):

> A estrutura ocupacional, portanto, delimita os espaços para a luta dos indivíduos por mais dinheiro, melhores empregos e ascensão social. Isto significa que uma grande classe média é um indicador dos mais relevantes do bem-estar social e do desenvolvimento material alcançado por determinada sociedade.

Tabela 7 - Perfil observado dos domicílios* e dos chefes de domicílio da Nova Classe Média (R$ 1.315,00 - R$ 5.672,00**), por faixa de renda - Brasil - 2008 e 2009

Variáveis	De R$1.315,00 à R$ 5.672,00		De R$1.315,00 à R$ 2,768,00		De R$ 2,768,00 à R$ 4.220,00		De R$ 4.220,00 à R$ 5.672,00	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Casa própria	21.4	68.1	12.8	67.8	5.7	68.5	2.9	69.2
Até 2 moradores por dormitório	26.1	83.1	15.2	80.7	7.2	85.8	3.7	88.6
Pelo menos 2 banheiros	7.5	23.6	3.0	15.6	2.6	30.7	1.9	45.4
Tem cartão de crédito	10.8	35.1	5.0	27.2	3.6	43.2	2.2	54.1
Tem cheque especial	5.3	17.1	1.8	9.5	2.0	24.6	1.5	36.4
Tem plano de saúde	9.0	28.7	3.6	19.2	3.2	38.0	2.2	52.6
Pelo menos educação superior***	2.5	7.8	0.7	3.6	1.0	11.4	0.8	19.4
Características do chefe do domicílio								
Sexo masculino	22.2	70.7	13.1	69.4	6.0	72.0	3.1	73.6

Cor branca	16.4	52.0	8.9	47.0	4.8	57.4	2.7	63.5
Cor parda	12.1	38.3	8.1	42.7	2.8	33.3	1.2	28.7
Cor preta	2.6	8.4	1.7	9.0	0.7	7.9	0,3	6.5

Fonte: Bartelt (2013)
Dados do POF 2008-2009/IBGE
* Em milhões
** Renda domiciliar total, com valores em R$ corrigidos a valores de janeiro de janeiro/2013 - IPCA/IBGE.
***Curso mais elevado que frequentou, considerando diferentes categorias, tais como tecnológico superior, superior, especialização superior e mestrado e doutorado.

Como já afirmara Myrdal (*apud* Bartelt, 2013), o que gerou a nova classe média com renda pouco superior a base do mercado de trabalho foi a busca pelo pleno emprego e o bem-estar social.

Para Bartelt (2013) a classe C, ou nova classe média, está longe de alcançar os padrões e estilos que caracterizavam a nova classe média existente no século XX. A classe média baixa definida por: auxiliares de escritório, vendedores, garçons e etc. tem necessidades de todos os tipos que vão desde padrões de trabalho, rendimentos e consumo, até as condições insuficientes para educar os filhos, para o acesso a saúde, transporte, moradia e segurança pública, que são insuficientes no setor público do país. Dessa forma, não se pode definir uma composição de classe pela estrutura de consumo ou de rendimentos de uma sociedade capitalista moderna. “Nem definir o Brasil como um “país de classe média” a partir desses critérios, sem considerar o desenvolvimento capitalista, a estruturação da sociedade e os padrões e estilos de vida historicamente constituídos” (BARTELT 2013, p. 40).

4.1 A NOVA CLASSE MÉDIA E SUAS CONTROVÉRSIAS

De acordo com Quadros et al. (2012), seu trabalho falando sobre a nova classe média no Brasil tinha o objetivo de analisar as mudanças na estrutura social e a necessidade de uma nova classe média. Após análise sobre definição de classe média, que era novidade no século XX nos países desenvolvidos, os autores afirmam que o Brasil não é um país de classe média e que não se pode deduzir essa estrutura de classe apenas pelo consumo ou rendimento de uma sociedade capitalista moderna, sem considerar o desenvolvimento e os padrões de vida historicamente construídos.

Ainda segundo Quadros et al. (2012), a discussão sobre a nova classe média coloca em evidência as grandes mudanças sociais ocorridas na retomada do crescimento econômico no governo Lula. Após análises os autores observaram que houve aumento nas oportunidades de ocupação e melhoria nos rendimentos das pessoas já ocupadas, toda a análise foi feita a partir da base de dados do IBGE. Houve também um progresso no mercado de trabalho formal, nas oportunidades para pequenos negócios e melhores remunerações para os autônomos. Esses avanços foram reforçados pela política de valorização do salário mínimo, abordada no capítulo anterior.

A geração de emprego e a melhoria dos rendimentos, juntamente com a melhoria nos benefícios previdenciários e assistenciais, foram fatores cruciais para a ascensão da nova classe média nos anos 2000, e de forma indireta e secundária pela expansão do programa Bolsa Família. Para compreender

melhor essa ascensão e as desigualdades ocupacionais de cada grupo, foi utilizada a pesquisa do IBGE de estratificação social, e os padrões de vida foram analisados com critérios sociológicos (QUADROS et al., 2012).

A Tabela 8 mostra a distribuição de classes por meio da ocupação do melhor membro situado na família, e pode ser visto que entre as classes a que mais cresceu entre o ano 2000 e 2010 foi a baixa classe média, representando um aumento de 11,1 pontos percentuais, e a que mais diminuiu foi a dos miseráveis com 12,7 pontos percentuais a menos.

Com as políticas sociais de focalização, diversos pesquisadores desde 1990 viram a emergência de uma nova classe média e a redução da miséria. Com o foco nos miseráveis os pesquisadores determinaram uma linha de corte muito baixa para o ingresso na nova classe média, dessa maneira ocasionou uma estrutura social com uma classe média superestimada. Ainda segundo Quadros et al. (2012), um exemplo desse corte muito baixo para nova classe média é dado pelo fato de 64% das empregadas domésticas serem incluídas nessa classe, e 54% dos chefes de família que não possuem nem ensino fundamental completo pertencerem a essa nova classe média.

Tabela 8 - Pessoas ocupadas, membro melhor situado na família (2000 – 2010)

ESTRATOS SOCIAIS	2000		2010	
	Nº de Pessoas (Mil)	%	Nº de Pessoas (Mil)	%
Alta Classe Média	7.706	11,7	11.584	13,4
Média Classe Média	8.904	13,6	15.095	17,5
Baixa Classe Média	20.633	31,4	36.727	42,5
Massa Trabalhadora	16.780	25,6	18.643	21,6
Miseráveis	11.606	17,7	4.305	5,0
TOTAL	65.630	100,0	86.354	100,0

Fonte: Quadros et al., (2012)
Dados extraídos do IBGE

Além da nova classe média ser beneficiada por muitos serviços baratos, o que reduz seu custo de vida. Hoje no Brasil essa classe é caracterizada por empregados com renda instável, vida precária e que trabalham o máximo que podem, além da precariedade existente na educação, saúde e transporte (QUADROS et al., 2012).

Portanto, acrescenta Quadros et al. (2012) que a classe média brasileira símbolo do crescimento do século XXI está longe dos estilos que caracterizavam uma nova classe média no século XX, pois essa atual classe tem carências de todos os tipos.

5 CONCLUSÕES

O Brasil é um país marcado por uma grande concentração de renda desde a existência de dados para medir esse grau de concentração o país tem essa característica marcante.

Na década de 60 quando foi disponibilizado os dados estatísticos para medir o grau de concentração de renda, também foi implantado em 1964 o Plano de Ação Econômica do Governo -

PAEG, onde seu principal objetivo era o de controlar a inflação, e eliminar as distorções de preços do passado.

Essa época foi marcada por diversas mudanças devido à primeira crise econômica na sua fase industrial, quando o Brasil perdeu grande parte dos investimentos e a taxa de crescimento da renda brasileira também caiu significativamente, a economia viveu uma estagnação até chegar ao período do "Milagre Econômico".

Em 1970 com o censo demográfico, o Brasil apresentou um elevado grau de concentração de renda, fruto da ausência de políticas públicas continuadas após a década de 50, quando o Brasil começa o processo de rápida industrialização. Nessa época Langoni justificou o aumento da concentração da renda através da teoria do capital humano, pois existia um desequilíbrio entre a demanda por mão de obra qualificada no curto prazo, que era elástica, e oferta no curto prazo, que era inelástica, ocasionando diferenças salariais.

Na década de 70 a participação na renda total dos 50% mais pobres da população foi de 13,7%, enquanto que a participação na renda total dos 5% mais ricos foi de 36,2%, o que representou um aumento da concentração da renda. Outros fatores também contribuíram para a desigualdade da renda como: a política salarial imposta no regime militar e aceleração do processo inflacionário.

Após a década de 70, período do "Milagre Econômico", outros planos vieram voltados para estabilização de indicadores macroeconômicos como a inflação, com o objetivo de retomar o crescimento. Isso se verifica bem na chamada "Década Perdida", nos anos 80 e nos planos subsequentes dos anos 90.

A década de 80 começa com uma profunda recessão, queda da renda per capita, resultado ocasionado devido a política iniciada na época. Esse período foi marcado por altos índices de inflação que chegou a 1.782,89, em 1989, o que provocou conflitos distributivos, e levou o governo a eleger o combate a inflação como principal meta.

Na década de 90 os planos adotados surtiram pouco efeito na distribuição de renda e no controle da inflação. O Plano Real nesse sentido foi bem-sucedido no que diz respeito à estabilidade da inflação e ao poder de compra da moeda, mas ainda assim as classes menos favorecidas estavam fora desse ambiente, o que limitava o mercado brasileiro a uma minoria privilegiada.

Dessa forma mostra que o problema da distribuição de renda não está atrelado apenas ao controle inflacionário, ele é apenas um dos instrumentos para melhorar a distribuição de renda e não o único, pois mesmo com a inflação controlada o índice de Gini e T de Theil para a década de 90 foi de 0,614 e 0,773 respectivamente, apenas em 1992 o índice de Gini ficou abaixo de 0,60, foi de 0,583, e o Índice de Theil abaixo de 0,70, foi de 0,695. Já nos anos 2000 as políticas públicas tiveram um efeito significativo e acarretaram na diminuição da desigualdade de renda, os índices de Gini e T de Theil

atingiram, em 2013, o valor de 0,527 e 0,562, respectivamente, o menor valor de todos os anos analisados.

Alguns fatores que favoreceram o crescimento mais rápido da renda dos estratos mais pobres em relação aos estratos mais ricos nessa década foram: o aumento do emprego, a política de valorização do salário mínimo e o programa de transferência de renda Bolsa Família, além da baixa inflação do período, aumento do crédito e o efeito China, que reforçou a renda e o poder de compra do consumidor.

Esse trabalho objetivou mostrar a evolução da distribuição de renda no Brasil desde a década de 60 até a primeira década do século XXI quando houve uma melhora significativa na distribuição de renda principalmente das classes mais baixas, instigando o surgimento da nova classe média.

A partir da análise das políticas públicas adotadas para melhorar a distribuição de renda no Brasil, podemos concluir que a partir do Governo Lula houve uma redução da pobreza, redução da concentração da renda, porém, ainda não é suficiente para tirar o Brasil da lista dos países com maior desigualdade de renda, principalmente quando consideramos que os determinantes dessa desigualdade estão associados a mecanismos de cunho estrutural.

Com essas melhorias surgiu a nova classe média, mas apesar do crescimento da nova classe média o Brasil ainda tem muito que melhorar no acesso a bens e serviços públicos como: educação, saneamento e habitação.

A conclusão que se chega é que apesar da melhora significativa nos padrões de distribuição de renda, o Brasil ainda permanece com um elevado grau de concentração de renda, e que o corte para o ingresso na nova classe média foi muito baixo, superestimando essa classe, além de se beneficiarem de serviços baratos e não atenderem a várias condições necessárias que caracterizam essa classe, que possui necessidades de vários tipos desde padrões de trabalho a condições para educar os filhos.

REFERÊNCIAS

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. 2014. Critério de Classificação Econômica Brasil. Disponível em: <www.abep.org/Servicos/Download.aspx?id=09&p=cb>. Acesso em 20/11/2015.

ALVES, Clarissa Maria Cardão. A Ascensão da Nova Classe Média Brasileira sob a Ótica da Renda e do Crédito. Monografia de Final de Curso de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, junho 2012. Disponível em < http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Monografia_Clarissa.pdf >. Acesso em 11/09/12015.

BACEN - Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bc.gov.br>. Acesso em 26/09/2015.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; e MENDONÇA, Rosane. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. Revista Econômica. Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 117-147, junho 2006. Disponível <www.uff.br/revistaeconomica/V8N1/RICARDO>. Acesso em 11/07/2015.

BARTELT, Dawid Danilo. A "Nova Classe Média" no Brasil como conceito e Projeto Político. Rio de Janeiro: Fundação Heirinch Boll, 2013.

BRAGA, Tatiane Valéria Medeiros. A nova classe média no Brasil: reflexões acerca de suas expectativas. Gestão & Sociedade Revista de Pós-Graduação da UNIABEU, Belford Roxo, V.I, n. 2, agosto-dezembro 2012. Disponível em: <http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/gs/article/view/386/pdf_316>. Acesso em: 10/10/2015.

CEPAL. Panorama Social da América Latina 2007: documento informativo. Disponível em<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/32772/S0700766_es.pdf?sequence=1>. Acesso em 02/06/2015.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Entendendo o índice de Gini. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo_Indice_GINI.pdf> Acesso em 11/07/2015

IPEADATA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. www.ipeadata.gov.br

LOPES, Cássio de Souza. A "Nova Classe Média" - Uma Face do Desenvolvimento no Brasil?. Artigo. Disponível em: <http://www.ccsa.unimontes.br/semanadoeconomista/images/arquivos/anais/GT2/nova_classe_media_uma_face_desenvolvimento_brasil.pdf>. Acesso em 25/09/2015.

NERI, Marcelo Côrtes. Assuntos Estratégicos/Social e Renda/A Classe Média Brasileira. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/ebook_ClasseMedia1.pdf>. Acesso em 19/11/2015.

NERI, Marcelo Côrtes; MELO, Luisa Cavalhaes Coutinho; e MONTE, Samanta dos Reis Sacramento. Superação da Pobreza e a Nova Classe Média no Campo. Brasília: FGV, 2012.

PINHO, Diva Benevides e VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de Economia. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

QUADROS, Waldir José de; GIMENZ, Denis Maracci; e ANTUNES, Davi José Nardy. O Brasil e a Nova Classe Média dos anos 2000. CESIT. Carta Social e do Trabalho, n. 20 – out./dez. 2012. Disponível em: <sit.net.br/wp/wp-content/uploads/2014/11/Carta-Social-e-do-Trabalho-20.pdf>. Acesso em 30/09/2015.

SALATA, André. Notas Sobre A Tese Da Nova Classe Média Brasileira. UFRJ, 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/texto_andre_salata_classe_media.pdf>. Acesso em: 05/10/2015.

SCALON, Celi e SALATA, André. Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/189014216/Scalon-uma-nova-classe-media-no-brasil-da-ultima-decada#scribd>. Acesso em: 26/09/2015.